

JUCESP
07 08 18



JUCESP PROTOCOLO
0.799.967/18-0



OURINVEST SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

NIRE 35.300.383.311

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2018**

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 30 de julho de 2018, às 10h00min, na sede social da Ourinvest Securitizadora S.A. ("Companhia"), no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.728, 5º andar, CEP 01310-919.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada pela presença da totalidade dos acionistas representando o capital social, em conformidade com o art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações.

MESA: Presidente: Sr. Bruce Thomas Phillips; Secretário: Sr. Nelson de Campos Júnior.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre (i) a reformulação do Estatuto Social da Companhia; e (ii) a ratificação da eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: Após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas decidiram, por unanimidade e sem reservas, o quanto segue:

- (i) a reformulação do Estatuto Social da Companhia, para que passe a vigorar com a redação anexa a esta ata; e
- (ii) a ratificação da eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia consignada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de abril de 2018: (a) para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, fica ratificada a eleição do Sr. **Bruce Thomas Phillips**, com

[Handwritten signatures]



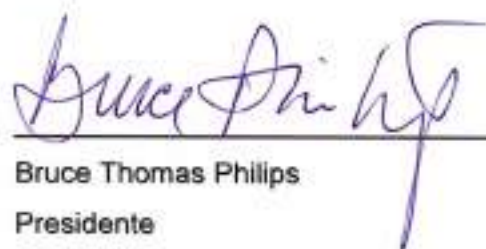
JUCESP
23 AGO 18

mandato até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária de 2019; (b) para ocupar o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, fica ratificada a eleição do Sr. **Alberto José Bianchi Alves**, com mandato até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária de 2019; e (c) fica ratificada a eleição do membro do Conselho de Administração o Sr. **Edilson Ciro Romor Guidini**, com mandato até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária de 2019.

APROVAÇÃO DA ATA E ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia, lavrando-se esta Ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 30 de julho 2018. Mesa: Bruce Thomas Philips, Presidente; Nelson de Campos Júnior, Secretário. Ourinvest Real Estate Holding Ltda. (p. seus Diretores, Bruce Thomas Philips e Nelson de Campos Júnior) e Nelson de Campos Júnior.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Mesa:


Bruce Thomas Philips
Presidente


Nelson de Campos Júnior
Secretário



JUCESP



**ANEXO À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2018**

OURINVEST SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF n.º 12.320.349/0001-90

NIRE 35.3.003.8331-1

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DA DURAÇÃO E DO OBJETO SOCIAL

Artigo 1º. A OURINVEST SECURITIZADORA S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima aberta, regida pelo presente estatuto, pelas disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas eventuais alterações ("Lei 6.404/76"), pelas disposições aplicáveis das Leis nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 ("Lei 9.514/97") e 11.076, de 30 de dezembro de 2004 ("Lei 11.076/04"), pela regulamentação aplicável emanada da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e suas eventuais alterações, bem como pelas demais legislações e regulamentações aplicáveis às sociedades anônimas abertas e acordo de sócios da Ourinvest Real Estate Holding Ltda. arquivado em sua sede ("Acordo de Sócios").

Artigo 2º. A Companhia tem sua sede social e foro no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.728, 5º andar, CEP 01310-919, podendo, mediante deliberação do Conselho de Administração, abrir, transferir e fechar filiais, escritórios, sucursais, representações e qualquer outro tipo de estabelecimento em qualquer localidade do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Artigo 4º. A Companhia tem por objeto social (a) a aquisição e securitização de direitos creditórios hipotecários, imobiliários e do agronegócio, nos termos das Leis 9.514/97 e 11.076/04, e suas eventuais alterações posteriores, com a consequente emissão e colocação dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRAs e dos





DUCESP
23 09 18

Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs correspondentes nos mercados financeiro e de capitais, (b) a realização de quaisquer atividades compatíveis com seu objeto, relativamente a tais direitos creditórios, aí incluídas, sem limitação, a administração, alienação e a recuperação dos direitos creditórios adquiridos, bem como a gestão do risco relativo aos direitos creditórios por ela adquiridos, bem como (c) a realização de operações de *hedge* em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de direitos creditórios.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$826.755,00 (oitocentos e vinte e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais), dividido em 826.755 (oitocentas e vinte e seis mil, setecentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º. Cada ação ordinária dá direito a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

Parágrafo 2º. É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

Parágrafo 3º. As ações são indivisíveis em relação à Companhia.

Parágrafo 4º. A Assembleia Geral, mediante deliberação nesse sentido e respeitado o disposto no parágrafo abaixo, poderá criar ações preferenciais, inclusive de diferentes classes.

Parágrafo 5º. A Companhia está autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), mediante a criação de ações ordinárias ou preferenciais.



JURINVEST
20 05 19

Parágrafo 6º. A Companhia, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações de sua emissão (*Stock Option Plan*) a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle.

Artigo 6º. É assegurado aos acionistas, na proporção do número de ações que possuem no capital social da Companhia, o direito de preferência para subscrição de novas ações, resultantes da emissão para aumento de capital, devendo observar-se eventuais limitações ao exercício desse direito de preempção proporcional, a teor do disposto no parágrafo 3º do art. 171 da Lei n. 6.404/76, em virtude da necessidade do cumprimento de obrigações decorrentes da emissão de bônus de subscrição de ações e planos de opção de compra de ações que a Companhia possa ter respectivamente emitido e/ou instituído.

Parágrafo 1º. O direito de preempção de que trata o caput poderá ser exercido pelo acionista no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o acionista for pessoalmente intimado pela Companhia acerca da intenção de elevar-se o capital social da Companhia.

Parágrafo 2º. A Companhia deverá intimar pessoalmente o acionista acerca da possibilidade do exercício da preempção de que trata o caput.

Artigo 7º. Sem prejuízo do acima exposto, na hipótese de os acionistas deliberarem pela realização de um aumento do capital social da Companhia, deverá ser observado o disposto no Acordo de Sócios.

CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 8º. A administração da Companhia é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.



JUCESP
23 08 18

Artigo 9º. A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração global e anual dos administradores da Companhia, que será estabelecida de forma individual e mensal pelo Conselho de Administração.

Seção I Conselho de Administração

Artigo 11. O Conselho de Administração será composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 5 (cinco) membros eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de até 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. As pessoas indicadas pelos acionistas na forma do parágrafo precedente serão eleitas pela Assembleia Geral, observado o disposto no Acordo de Sócios, salvo se sobre quaisquer delas recair impedimento ou motivo relevante que possa comprometer o bom exercício do cargo.

Parágrafo 2º. Os conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração dentro de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral que os tiver eleito, permanecendo no exercício de suas funções até a posse de seus respectivos substitutos.

Parágrafo 3º. A Assembleia Geral nomeará, dentre os conselheiros, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração previamente indicado pelo Presidente.

Parágrafo 4º. Em caso de renúncia, impedimento ou vacância no Conselho de Administração, será convocada Assembleia Geral para eleger o substituto, que deverá completar o restante do mandato respectivamente assumido.



JUCEB
23 08 19

Artigo 12. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas a pedido do Presidente do Conselho de Administração ou do Diretor Presidente, após convocação pessoal de cada um de seus membros, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail, ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, que conterá, além do local, a data e hora de realização da reunião, bem como a ordem do dia.

Parágrafo 1º. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

Parágrafo 2º. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

Artigo 13. Considerando que todos os conselheiros tenham sido regular e pessoalmente convocados, de acordo como **caput** do Artigo 13 do Estatuto Social, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, o quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de, no mínimo, a maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo 1º. As deliberações deverão ser tomadas por **maioria** dos votos dos conselheiros presentes. Em caso de empate, nova reunião deverá ser realizada para deliberar acerca da matéria e, permanecendo o empate, caberá então ao Presidente do Conselho de Administração o voto de desempate.

Parágrafo 2º. Em suas ausências ou impedimentos temporários, os conselheiros poderão ser representados por outro membro do Conselho de Administração designado por meio de autorização específica, por escrito, do conselheiro substituído.

Parágrafo 3º. As deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração.



Three handwritten signatures in blue ink are visible at the bottom right of the page. To the right of the signatures is a circular stamp with the text "JUCEB" at the top and "JUNTA DE INVESTIMENTOS DO CEARÁ" around the bottom edge. A signature is written over the stamp.

JUL 27
2015

Parágrafo 4º. Os conselheiros poderão enviar seus votos antecipadamente, por escrito, via fac-símile, correio eletrônico (e-mail) ou por qualquer forma que evidencie de maneira segura a autenticidade de transmissões escritas, bem como poderão participar das respectivas reuniões por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio que assegure e/ou evidencie a autenticidade de sua participação, admitindo-se o mesmo em relação às próprias atas lavradas quando da conclusão dos respectivos trabalhos.

Artigo 14. Compete ao Conselho de Administração, além das outras atribuições fixadas neste Estatuto Social:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser a lei e o presente Estatuto Social, bem como o Acordo de Sócios;
- (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações sobre quaisquer contratos celebrados ou em via de celebração, ou sobre quaisquer outros atos que envolvam diretamente a Companhia;
- (d) convocar a Assembleia Geral nos termos da lei e deste Estatuto Social;
- (e) manifestar-se sobre o relatório da administração e sobre as contas da Diretoria;
- (f) autorizar previamente a celebração de contratos ou a realização de operações que envolvam ou impliquem na assunção de dívidas ou obrigações, pela Companhia, em valores superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não se aplicando às operações realizadas no curso normal da gestão dos patrimônios separados instituídos por ocasião das emissões de



CRAs e CRIs realizadas pela Companhia na forma do art. 10º, II, da Lei 9.514/97, conforme alterada ("Patrimônios Separados");

- (g) aprovar formalmente as emissões dos CRAs e dos CRIs;
- (h) estabelecer comitês institucionais, nomear seus membros e fixar-lhes alçadas;
- (i) autorizar a alienação, a qualquer título, de bens do ativo permanente da Companhia, a constituição de ônus reais sobre estes e a prestação de quaisquer modalidades de reforços ou garantias a obrigações de quaisquer terceiros;
- (j) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (k) autorizar a realização de operações com partes relacionadas;
- (l) aprovar o Plano de Negócios, o Orçamento Anual e também as diretrizes de gestão e governança corporativa da Companhia, bem como qualquer alteração ou revisão dos mesmos; e
- (m) exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam conferidas pela lei, por este Estatuto Social ou pelo Acordo de Sócios.

Parágrafo Único. Os conselheiros deverão exercer suas competências e atribuições em estrita observância ao Acordo de Sócios.

Seção II Diretoria

Artigo 15. A administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, assim como a sua representação em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, repartições



JUL 15
20 08 15

públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais e instituições financeiras, competirá à Diretoria da Companhia, composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) Diretores, residentes na República Federativa do Brasil, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Executivo, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais sem designação específica ou com a designação que lhes for dada.

Parágrafo Primeiro. Os diretores terão plenos poderes para gerir e administrar a Companhia, competindo-lhes a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, observado sempre o disposto na legislação aplicável, neste Estatuto Social, nas deliberações do Conselho de Administração e no Acordo de Sócios.

Parágrafo Segundo. Ocorrendo impedimento ou ausência temporária do Diretor Presidente no exercício de quaisquer de suas atribuições, a presidência será assumida por diretor por ele designado ou, na falta de tal designação, por quem os demais membros da Diretoria vierem a designar.

Parágrafo Terceiro. Em caso de renúncia, impedimento ou vacância na Diretoria, será convocado o Conselho de Administração para eleger o substituto, que deverá completar o restante do mandato respectivamente assumido.

Parágrafo Quarto. Em suas ausências ou impedimentos temporários, os Diretores poderão ser representados por outro membro da Diretoria designado por meio de autorização específica, por escrito, do diretor substituído.

Parágrafo Quinto. Para as reuniões de Diretoria, os Diretores poderão enviar seus votos antecipadamente, por escrito, via correio eletrônico (*e-mail*) ou por qualquer forma que evidencie de maneira segura a autenticidade de transmissões escritas, bem como poderão participar das respectivas reuniões por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio que assegure e/ou evidencie a autenticidade de sua



participação, admitindo-se o mesmo em relação às próprias atas lavradas quando da conclusão dos respectivos trabalhos.

Parágrafo Sexto. Os Diretores serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das reuniões da diretoria. Terminado o prazo do mandato, os Diretores permanecerão nos seus cargos até a posse dos seus sucessores.

Artigo 16. Compete ao Diretor Presidente:

- (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (b) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores;
- (c) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia, bem como a sua apresentação ao Conselho de Administração e aos acionistas;
- (d) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal da Companhia;
- (e) analisar os direitos creditórios adquiridos pela Companhia e avaliar os seus riscos;
- (f) acompanhar os vencimentos e os pagamentos de principal e juros dos títulos adquiridos pela Companhia;
- (g) proceder aos competentes registros dos títulos e direitos creditórios adquiridos pela Companhia, para regular e eficaz emissão dos certificados correspondentes no mercado;
- (h) avaliar e escolher as entidades habilitadas a prestar serviços para a



Companhia relativamente aos títulos e direitos creditórios por ela adquiridos, aí incluídos, sem limitação, os serviços de custódia e avaliação de risco (*rating*) dos créditos; e

(i) zelar pela liquidação e execução dos títulos e direitos creditórios adquiridos pela Companhia, inclusive monitorando a recuperação dos créditos correspondentes, quando e se for o caso.

Artigo 17. Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

(a) representar a Companhia perante quaisquer órgãos e repartições públicas, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, em especial, mas sem limitação, a CVM, o Banco Central do Brasil e a Secretaria da Receita Federal do Brasil;

(b) representar a Companhia perante seus investidores e acionistas;

(c) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores e aos mercados de balcão organizado em que os valores mobiliários emitidos pela Companhia estejam admitidos à negociação;

(d) manter atualizado o registro e as demais documentações da Companhia, de acordo com as normas e regulamentações emanadas da CVM; e

(e) cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e as normas aplicáveis às companhias abertas.

Artigo 18. A Companhia será representada e validamente se obrigará pela assinatura, em conjunto de: (a) 2 (dois) Diretores, em conjunto, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente ou o Diretor Executivo; ou (b) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; ou (c) 2 (dois) procuradores em conjunto.



The image shows three blue ink signatures and a circular stamp. The stamp is circular with the text 'JURIMCO' at the top and 'CVM INVEST' at the bottom. The signatures are written in blue ink and appear to be of different individuals.

JURISPA
23 08 18

Parágrafo 1º. A Companhia poderá ser representada por um Diretor ou por um procurador, este último nomeado conforme o Parágrafo 3º abaixo, exclusivamente para:

- (i) representação perante assembleias condominiais e de fundos de investimento; quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais; e entidades autárquicas, paraestatais, sociedades de economia mista e empresas públicas de direito privado, inclusive o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Caixa Econômica Federal, o Banco Central do Brasil e a CVM; requerendo e acompanhando processos e até recorrendo, se necessário for;
- (ii) representação perante a Justiça do Trabalho e sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; e
- (iii) (a) perante órgãos, repartições e entidades públicas e em atos que não impliquem responsabilidade financeira para a Companhia, (b) para assinatura de correspondências, inclusive para bancos, na medida em que tais correspondências não impliquem ou resultem responsabilidade financeira para a Companhia, (c) em endossos de cheques ou títulos de créditos para a Companhia, (d) para representação da Companhia em processos judiciais e administrativos, ou arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; (e) nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimentos pessoais.

Parágrafo 2º. A Companhia poderá ainda ser representada isoladamente por um procurador, nomeado conforme o Parágrafo 3º abaixo, desde que o mesmo seja:

- (a) advogado, para a prática dos atos privativos da advocacia; ou



- (b) pessoa jurídica, a qual, por sua vez, será representada de acordo com os respectivos atos societários.

Parágrafo 3º. A Companhia poderá, por 2 (dois) Diretores, em conjunto, desde que um deles seja o Diretor Presidente ou o Diretor Executivo, nomear procuradores para representá-la, nos limites dos poderes conferidos nos respectivos mandatos, com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicia*, cujo mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular.

Parágrafo 4º. As seguintes matérias dependerão da aprovação do Diretor Presidente da Companhia, por escrito, admitido o uso de correio eletrônico para tanto:

- (a) a realização de quaisquer novas operações e/ou contratos que envolvam a Sociedade em novos negócios;
- (b) a assunção de obrigações ou responsabilidade de pagamento pela Sociedade em valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); exceto as obrigações de pagamento assumidas pelos Patrimônios Separados;
- (c) a aquisição, venda, cessão ou transferência de qualquer ativo permanente pela Sociedade e/ou em valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); exceto as liquidações de ativos realizadas em benefício dos Patrimônios Separados ou no exercício da administração fiduciária ou gestão de fundos de investimento;
- (d) aprovar o ingresso da Sociedade com ações judiciais e procedimentos arbitrais e administrativos; exceto se em benefício dos Patrimônios Separados ou no exercício da administração fiduciária de fundos de investimento.



JUL 27
2018

Parágrafo 5º. A assinatura do Diretor Presidente da Companhia em qualquer dos atos que formalizar as matérias relacionadas nos itens (a) a (e) do Parágrafo 4º acima suplantará a necessidade da aprovação ali referida.

Parágrafo 6º. Compete aos Diretores e ou aos procuradores, a prática de todos os atos necessários à consecução do objeto social, ficando investidos de todos os poderes de representação e administração.

Parágrafo 7º. A Companhia poderá ser representada por qualquer Diretor isoladamente nos seguintes atos:

(a) contratação, advertência, demissão de empregados, e definição de suas respectivas atribuições;

(b) representação da sociedade perante terceiros, pessoas naturais ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, União Federal, Estados, Distrito Federal, Municípios, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda, empresas públicas, sociedades de economia mista, entidades sindicais, associações profissionais, Empresa de Correios e Telégrafos, Banco Central do Brasil, bem como todos os demais documentos e correspondências da sociedade dirigida às mencionadas entidades ou instituições; e

(c) assinatura de correspondência de rotina, inclusive a dirigida às instituições financeiras dando instruções sobre títulos, autorizando abatimentos e descontos razoáveis, prorrogações de vencimento, protestos e atos correlatos.

Artigo 19. A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as suas reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente.

Parágrafo 1º. O quórum de instalação das reuniões da Diretoria será de, no mínimo, 2 (dois) de seus membros. As deliberações serão tomadas por



SUCESAP
23 08 18

maioria de votos, sendo que em caso de empate de votos sobre qualquer deliberação, nova reunião deverá ser realizada com a totalidade dos membros da Diretoria para deliberar acerca de tal matéria, cabendo ao Diretor Presidente o voto de desempate.

Parágrafo 2º. As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio.

Parágrafo 3º. A Diretoria poderá captar recursos financeiros até o limite da alçada específica que lhe houver sido concedida pelo Conselho de Administração, devendo o excesso ser submetido à aprovação daquele órgão.

CAPÍTULO IV – DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 20. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se ainda, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem.

Parágrafo 1º. A Assembleia Geral será convocada na forma dos artigos 124 e seguintes da Lei 6.404/76 e, independentemente das formalidades de convocação, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo 2º. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

Artigo 21. Sem prejuízo do disposto no Acordo de Sócios, as seguintes matérias exigem voto favorável da maioria absoluta das ações com direito a voto para serem aprovadas:

- (a) alteração do objeto social da Companhia;

JUL 2018

- (b) observadas as disposições deste Estatuto Social, a criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, quando existentes;
- (c) alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida, quando existentes;
- (d) deliberação envolvendo qualquer tipo de incorporação, cisão ou fusão da Companhia;
- (e) aumento ou redução do capital social da Companhia, observadas as excepcionalidades dispostas neste Estatuto Social e as previsões do Acordo de Sócios;
- (f) redução do dividendo obrigatório;
- (g) dissolução ou cessação do estado de liquidação da Companhia; e
- (h) confissão de falência, requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, bem como a autorização para que os administradores pratiquem tais atos.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 22. O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei.

Parágrafo 1º. O Conselho Fiscal será composto, quando instalado, por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros eleitos pela Assembleia Geral, deliberando sempre por maioria.



The block contains three handwritten signatures in blue ink. To the right of the signatures is a circular stamp with the text 'INVEST' and 'CONSELHO FISCAL' around the perimeter.

JULY
20 03 15

CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 23. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, em cuja data serão preparados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei.

Artigo 24. Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Artigo 25. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, podendo a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, declarar ainda dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes a partir do último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único. Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

Artigo 26. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, podendo as importâncias pagas ou creditadas a este título ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.

CAPÍTULO VII – DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 27. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.

The block contains three blue ink signatures and a circular stamp. The stamp is circular with the text 'JURÍDICO' at the top and 'PRINVEST' at the bottom. A signature is written across the stamp.

DUCEAP
23 08 19

CAPÍTULO VIII – DAS NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Artigo 28. Quaisquer comunicados e/ou notificações referentes aos termos estabelecidos por este Estatuto Social deverão ser feitos por correio eletrônico (*e-mail*), e, caso esse meio de comunicação esteja temporariamente indisponível, quaisquer comunicados, notificações e/ou comunicações referentes aos termos estabelecidos por este Estatuto Social deverão ser feitos por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou telegrama, e deverão ser endereçadas à sede da Companhia.

Parágrafo Único. Os comunicados e/ou notificações tratados pelo presente capítulo deverão ser considerados entregues na data constante do protocolo eletrônico do *e-mail* enviado. O uso de quaisquer outros meios de comunicação, desde que expressamente previstos neste instrumento, quais sejam, os comunicados, notificações e/ou comunicações deverão ser considerados entregues na data constante de seus protocolos de recebimento, ou ainda, em 48 (quarenta e oito) horas após o envio, em se tratando de telegramas.

CAPÍTULO IX – DO FORO DE ELEIÇÃO

Artigo 29. Fica eleito o foro da comarca da sede da Companhia para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias desta oriundas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30 – A Companhia deverá observar o Acordo de Sócios e outros acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria se abster de arquivar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral de computar votos contrários aos seus termos.



The image shows three handwritten signatures in blue ink. The first signature is on the left, the second is in the middle, and the third is on the right. To the right of the signatures is a circular stamp with the text 'SINAIKO CORINVEST' around the perimeter. A blue line is drawn through the stamp.